

ITAPEMIRIM



Mapa de conflitos e resistências

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
REDE OBSERVAÇÃO



Rede Observação



Apresentação

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA e se refere às licenças de exploração de petróleo dos campos de Albacora Leste, Frade, Polvo e Tubarão Martelo da operadora PRIO.

Este PEA tem como objetivo fomentar a organização social através de processos educativos que englobam formação, pesquisa e intervenção social. Visando o cumprimento desse objetivo, desenvolve suas atividades a partir da execução de três eixos metodológicos presentes na sua estrutura central: Formação e Pesquisa, Comunicação Popular e Teatro do Oprimido, que são disparadores de reflexões e buscam promover um ambiente educativo propício à produção de conhecimentos e o estímulo à intervenção social qualificada nos territórios impactados pela cadeia produtiva de petróleo e gás.

Os fascículos da coletânea “Mapas de conflitos e resistências” foram produzidos de forma colaborativa pelos integrantes dos Observatórios e pelo eixo de Formação e Pesquisa. Registram o histórico de organização social de cada grupo contemplado pelo PEA Rede Observação, evidenciam as estratégias de enfrentamento aos conflitos ambientais utilizadas pelos sujeitos prioritários e os desdobramentos dessas intervenções.

Os nomes dos integrantes dos Observatórios que contribuíram para a realização do mapeamento participativo constam ao final desta publicação.



Introdução

A cartografia produzida pelos grupos tradicionais vai além da espacialização de seus territórios, sendo também uma afirmação de seus modos de vida. O mapeamento a partir dos grupos prioritários possibilita a identificação de áreas de uso comunal, elementos da memória coletiva e lugares que fazem parte do cotidiano desses grupos, seja em função das atividades de trabalho, de lazer, dentre outras.

Foi a partir desse entendimento que o PEA Rede Observação construiu o mapa de conflitos. Acreditamos na apropriação do mapa como uma ferramenta de luta, que possibilita contar a própria história e evidenciar a presença de grupos historicamente invisibilizados por parcelas da sociedade e pelo poder público.

Assim, o nosso mapa de conflitos tem como objetivo explicitar os conflitos ambientais monitorados pelos observatórios. Para sua construção tomamos como base a narrativa e a perspectiva dos sujeitos prioritários da ação educativa do projeto, visando ampliar a visibilidade das lutas pela integridade dos territórios tradicionais e pela manutenção das respectivas atividades produtivas.

Não podemos esquecer que os conflitos ambientais territoriais se referem a disputas materiais e simbólicas por um mesmo recorte territorial. Dessa forma, a produção de mapas a partir da visão das



comunidades tradicionais, onde suas identidades e suas histórias são compartilhadas, é uma forma de atuar na luta pelo reconhecimento e valorização do modo de vida tradicional. Portanto, é uma disputa territorializada e identitária.

Para identificar e relatar as questões vivenciadas pelos grupos prioritários, foram selecionados os seguintes elementos:

- I** - Sujeitos prioritários;
- II** - Localidade;
- III** - Tema gerador municipal;
- IV** - Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos;
- V** - Estruturas geradoras de conflitos;
- VI** - Conflitos monitorados;
- VII** - Contexto do conflito;
- VIII** - Mapeamento Participativo;
- IX** - Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito.

Vale destacar que o tópico III, "tema gerador municipal", é o que orienta as ações do projeto em cada território. Sua construção ocorreu a partir de atividades em que foram levantados elementos da realidade local e as demandas identificadas pelos grupos como prioritárias. A partir dessas informações, foi definido um tema gerador municipal que representasse o contexto vivenciado por cada comunidade.

Já o tópico V, “estruturas geradoras de conflitos”, diz respeito a estruturas físicas, bem como estruturas políticas que fazem com que determinadas atividades sejam incentivadas, enquanto outras são desconsideradas. Nesse sentido, é uma categoria abrangente que engloba aspectos materiais e imateriais do ordenamento municipal. Essas informações foram produzidas a partir das construções coletivas que aconteceram durante as reuniões de acompanhamento realizadas ao longo da Fase 1 do PEA Rede Observação.

A equipe de Formação e Pesquisa conduziu reuniões específicas para definição de um tema gerador municipal, identificação das estruturas que interferem no território tradicional e dos impactos associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. Esses conteúdos foram fundamentais para o direcionamento das ações do projeto em cada território e serviram como ponto de partida para o processo educativo dos outros eixos metodológicos.

Mas o levantamento de informações não se restringiu a um eixo ou somente a atividades específicas. Alguns elementos foram revelados a partir de informações que apareceram em reuniões do Teatro do Oprimido, Comunicação Popular, assim como as demais reuniões de Formação e Pesquisa. Por exemplo, o levantamento dos atores sociais envolvidos no conflito e suas formas de atuação, realizado para a construção das cenas do Teatro do Oprimido, contribuiu para uma melhor compreensão das relações sociais e das disputas presentes nesses conflitos.

O único tópico que não foi construído exclusivamente por fontes primárias, ou seja, pelos relatos dos grupos, é o “contexto do conflito”. Essa parte buscou apresentar um breve panorama do município, recorrendo a fatores históricos que permanecem influenciando na dinâmica local, localizando o grupo prioritário no espaço-tempo. Para isso, também foram utilizadas fontes secundárias, como





sites das respectivas prefeituras, IBGE, estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado, Relatório Final do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, dentre outras fontes.

Em alguns lugares foram apresentados o brasão de armas, que é uma imagem que simboliza aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos do município. Ou seja, os elementos que compõem essa imagem estão relacionados à sua importância no desenvolvimento daquele município. A escolha desses símbolos busca explicitar como muitas atividades produtivas que foram importantes historicamente para os municípios vêm sendo desconsideradas, enquanto outras atividades são estimuladas.

A pesca e a agricultura, fundamentais para a manutenção da vida, são destacadas em diversos brasões, mas na atual conjuntura não recebem a devida atenção do poder público, que constantemente opta por incentivar outras atividades econômicas que são incom-

patíveis com as atividades tradicionais. Com isso, pescadores e agricultores vêm enfrentando dificuldade no acesso a políticas públicas existentes e reivindicando a criação de novas, visando a manutenção de suas atividades. Assim, o processo de uso e ocupação do território terrestre, marinho ou lagunar e a ameaça da integridade do território tradicional é contextualizada em termos sociais, econômicos e políticos.

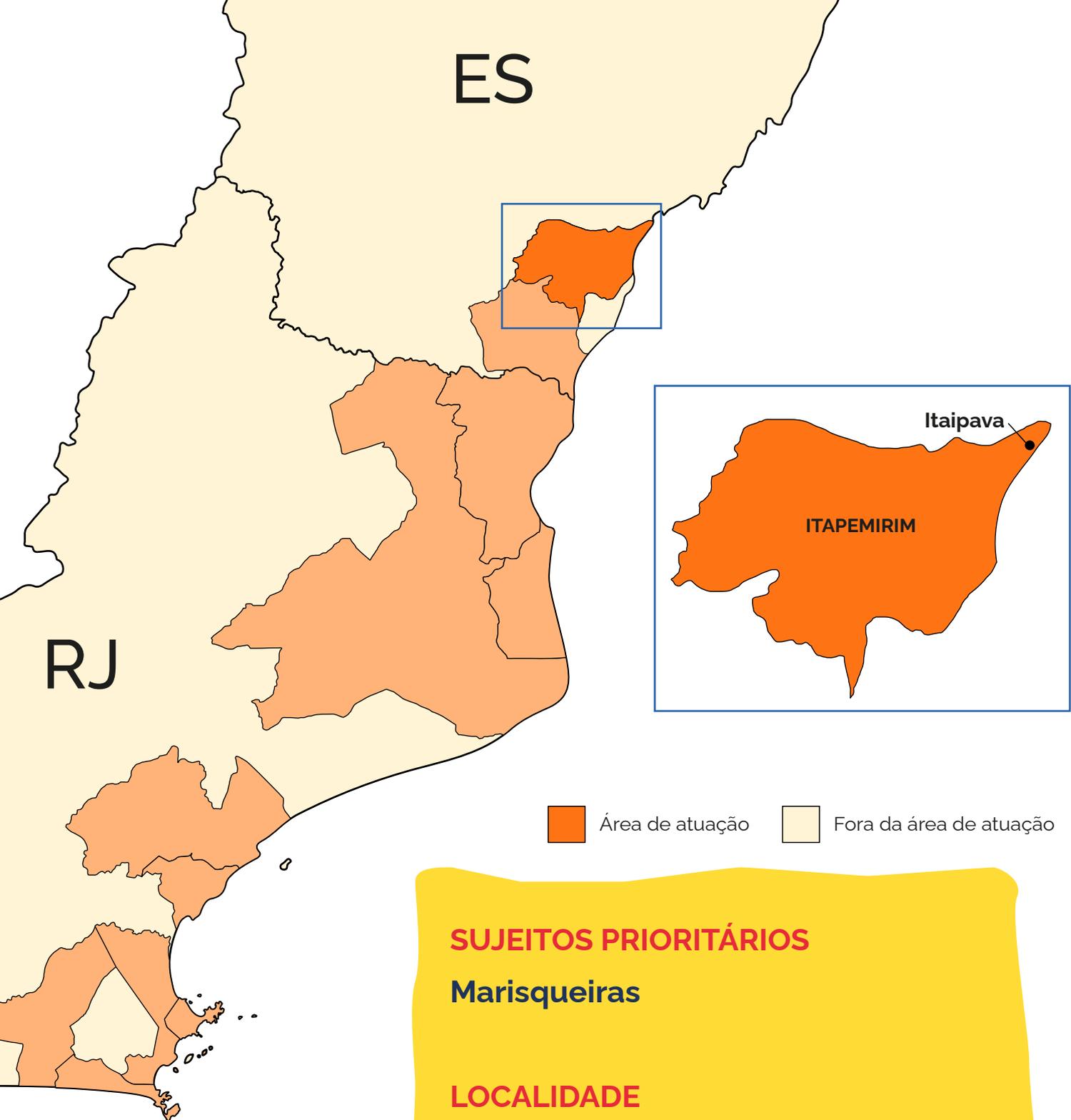
Por fim, a relação com outros municípios próximos reforça uma perspectiva regional. A materialização de cadeias produtivas, como é o caso da de petróleo e gás, precisa de uma ampla rede voltada para a produção, transformação e circulação do produto. Isso implica em uma série de atividades econômicas de apoio à indústria que extrapolam os limites municipais.

Com isso, mesmo aqueles municípios que não têm instalações físicas da indústria do petróleo, como os terminais, refinarias, portos, dentre outros, também são impactados em função das transformações ocorridas regionalmente. Há, portanto, municípios que sofrem impactos mais diretos e explícitos da cadeia produtiva de petróleo, enquanto outros sofrem impactos indiretos, decorrentes dos novos arranjos que acompanham a consolidação dessa indústria. Mas esses impactos indiretos não são menos importantes para os grupos impactados.

A seguir, veremos como ocorrem os conflitos no município de Itapemirim.







SUJEITOS PRIORITÁRIOS

Marisqueiras

LOCALIDADE

Itaipava

TEMA GERADOR MUNICIPAL

Reconhecimento e estruturação da atividade das marisqueiras



Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos

- Privatização de praias para instalação de porto
- Crescimento populacional
- Utilização dos royalties que não contempla os grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental

Estruturas geradoras de conflitos

- Dragagem nas praias de Itaoca/Itaipava
- Proibição do cozimento do sururu nas praias
- Criminalização da atividade tradicional
- Dificuldade de transporte
- Falta de estrutura física para beneficiamento
- Ausência de políticas públicas de fomento à atividade marisqueira

Conflitos monitorados

- Acesso a políticas públicas de assistência a pescadoras artesanais
- Viabilização do cozimento do sururu em seus locais tradicionais
- escoamento da produção

Contexto do conflito

O município de Itapemirim está localizado no sul do Espírito Santo e sua população é de 39.832 habitantes de acordo com o último censo do IBGE (2022). As principais atividades econômicas estão ligadas à pesca, turismo, cana de açúcar, produção de leite e agricultura familiar.



Atividade tradicional na Praia do Martins

A cadeia produtiva da pesca, seja industrial ou artesanal, se destaca em Itapemirim. Em termos absolutos, a quantidade de pessoas cadastradas com o Registro Geral da Pesca (RGP) é a segunda maior do estado, ficando atrás apenas da capital Vitória. Segundo a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca¹, 3 mil pessoas vivem diretamente da atividade pesqueira, enquanto cerca de 11 mil pessoas se beneficiam indiretamente.

Esses números mostram a importância econômica e cultural da pesca para o município, especialmente para o distrito de Itaipava. É nesse distrito, inclusive, que está localizada a empresa beneficiadora e exportadora de pescados “Atum do Brasil”.

1. <https://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/05/2023/itapemirim-tem-o-segundo-maior-terminal-pesqueiro-de-atum-do-brasil>.



O município é o maior exportador nacional de atum, maior produtor de pescados do Estado e um dos principais do Brasil. Além de comercializar para estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, também há exportação de atum para outros países, como a China e Estados Unidos.



Terminal pesqueiro de Itaipava. Fonte: G1

Diante da relevância desse setor, em 2017 foi iniciada a construção do terminal pesqueiro de Itaipava, que na época foi prometido que teria fábrica de gelo, abrigo para pescadores, ponto de venda de pescado, ponto para tirar dúvidas etc. Essas promessas não foram cumpridas, mas as obras e o funcionamento do terminal afetaram as marisqueiras. Segundo elas, as pedras da Gamboa mais próximas ao terminal passaram a apresentar forte cheiro de óleo e, desde então, não há mais mariscos.



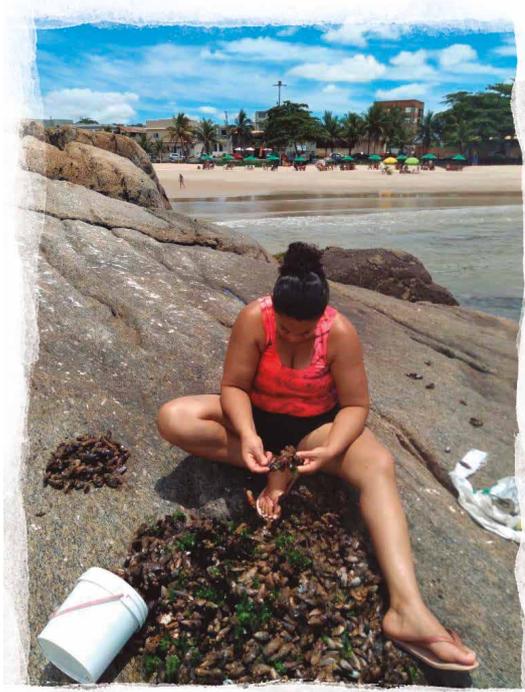
Espigões e terminal pesqueiro. Fonte: Youtube. Terminal Pesqueiro em Itaipava-ES TR DRONES

Além da estrutura do terminal pesqueiro, também foram construídos dois espigões em Itaipava, que levam nomes de “píer dos pescadores” e “píer das marisqueiras”. Porém, essa nomenclatura oficial era desconhecida pelas marisqueiras, que não catam marisco em suas pedras. Essas obras mudaram a dinâmica do mar e, se em alguns lugares houve assoreamento, em outros o mar avançou sobre o asfalto. Novamente as marisqueiras também sentiram os impactos, pois os mariscos de Itaoca passaram a apresentar uma quantidade maior de areia em seu interior.

Embora não se destaque como atividade econômica realizada no município, a principal fonte de receita municipal é proveniente do setor de petróleo e gás. Itapemirim está entre os 3 municípios do Espírito Santo que mais recebem royalties e participações especiais,

junto com Presidente Kennedy e Marataízes. Porém, foi observado em documento de caracterização dos municípios da área de abrangência do PEA Rede Observação (2021) que Itapemirim, Presidente Kennedy e São Francisco de Itabapoana apresentavam os índices mais críticos em relação à vulnerabilidade social. Isso demonstra que o crescimento econômico gerado por rendas petrolíferas não está necessariamente ligado ao desenvolvimento social do município.

A partir dos anos 2000, o governo do Espírito Santo passou a utilizar um discurso pautado no desenvolvimento do estado através da industrialização e ampliação da infraestrutura para exportação e para a produção de petróleo e gás.



Marisqueira Angelica nas pedras de Itaoca





1 Universidade Vila Velha

Estavam planejadas a criação de uma escola e uma faculdade nessa área, voltadas para formar trabalhadores para a Edison Chouest.

2 Edison Chouest Offshore

A área foi privatizada em 2014 para a construção do C-Port, que seria uma base de apoio logístico offshore. A privatização impactou a atividade extrativista e as marisqueiras foram proibidas de limpar e cozinhar o marisco. Em função de problemas para obter licenças ambientais e do atraso em obras públicas para atender as necessidades de um empreendimento portuário, a empresa Edison Chouest desistiu e transferiu o investimento para o Porto do Açú.

1 Itaoca

Onde as marisqueiras de Itaoca moram. Elas pegam marisco nas pedras de Itaoca, mas, como lá não tem em grande quantidade, precisam se deslocar para ilhas e outras praias.

2 Joacima

Onde as marisqueiras de Joacima moram. Elas pegam marisco nas pedras de Itaoca, mas, como lá não tem em grande quantidade, precisam se deslocar para ilhas e outras praias.

3 Itaipava

Onde as marisqueiras de Itaipava moram. Elas não têm uma área específica para pegar marisco e vão para onde o marisco estiver gordo.

4 Gamboa

Onde as marisqueiras da Gamboa moram. Como estão perto de muitas pedras, não precisam percorrer longas distâncias para pegar marisco. Mas identificam que os mariscos retirados das pedras mais próximas ao terminal pesqueiro têm cheiro de óleo.

5 Artemis

Onde as marisqueiras de Artemis moram. Elas não têm uma área específica para pegar marisco e vão para onde o marisco estiver gordo.

1 Área de marisco

Área que as marisqueiras de Joacima e Itaoca pegam marisco.

2 Área de retirada de marisco

1 Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Luiz João Gomes

2 Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Leopoldino Rocha

3 Pracinha de Itaipava

1 Observatório Itapemirim

2 Associação dos Pescadores Armadores do Distrito de Itaipava

3 Colônia de Pescadores Z-10

4 Associação Mulheres da Pesca

1 Guarita

1 Ginásio

Local onde a prefeitura de Itapemirim realizava feira semanalmente, até a sua execução ser interrompida pela gestão atual.

2 Antigo local de cozimento de marisco

3 Espigão/Pier dos pescadores

4 Espigão/Pier das marisqueiras

Embora o espigão seja oficialmente reconhecido como "pier das marisqueiras", as mesmas desconheciam essa nomenclatura e não realizam a mariscagem nessas pedras. Segundo elas, não há marisco na superfície e elas não mergulham, pois muitas sequer sabem nadar.



5 Antigo estaleiro

6 Baixinha

Pedra que só aparece na maré baixa. Após a construção do terminal pesqueiro passou a ter muito cheiro de óleo e, desde então, não tem mais marisco.

7 Abertura

A construção dos espigões, em 2010, mudou a dinâmica do mar e gerou problemas como assoreamento em algumas partes e avanço do mar sobre o asfalto. A partir da pressão da comunidade em decorrência desses impactos, foi realizada uma abertura em 2011, permitindo a passagem do mar. Apesar de a abertura ser uma conquista da comunidade, ela deveria ser na corrente, o que permitiria um fluxo de água melhor. Atualmente a ponte de madeira está deteriorada e a comunidade segue pressionando para que seja trocada.

8 Terminal pesqueiro

A construção foi iniciada em 2017 e tinha um projeto de abrigar apoios importantes para a pesca, como fábrica de gelo, abrigo para pescadores, ponto de venda de pescado, ponto para tirar dúvidas, etc. Em 2022 tinha a feira da agricultura, mas foi interrompida pela gestão atual. Diante disso, integrantes da cadeia produtiva da pesca reivindicam que seja um mercado para escoar a produção pesqueira.

9 Estaleiro

10 Prainha

11 Praia da Gamboinha

12 Praia da Gamboa

13 Recife

14 Laje

15 Parte mais perigosa de Caroaba

16 Praia do Martins

17 Olho d'água

18 Ilha dos Franceses

— Caminho alternativo

Algumas marisqueiras fazem esse caminho para a Praia do Martins ao invés de ir contornando a Caroaba.

LOCAIS DE MARISCO

1 Pedra da Nauza

2 Pedra de Cimara

3 Pedra de Itaoca

4 Pedra solteira

5 Ponta da Pedra

6 Pedra de Bibiu

7 Pedra da Arite

8 Buraca

9 Pedra de Isaura

10 Pedra do Seu Chico

11 Farinheira

12 Caroaba

13 Pedra do Pato

14 Pedra Maria Neném

15 Pedra da Pitinga

16 Baixa da ilha

Nesse sentido, foram realizados investimentos e incentivos políticos e fiscais para implantação de portos, principalmente no sul do estado. Em 2010, a empresa estadunidense Edison Chouest iniciou estudos para criação de uma base de apoio logístico offshore em Itapemirim.

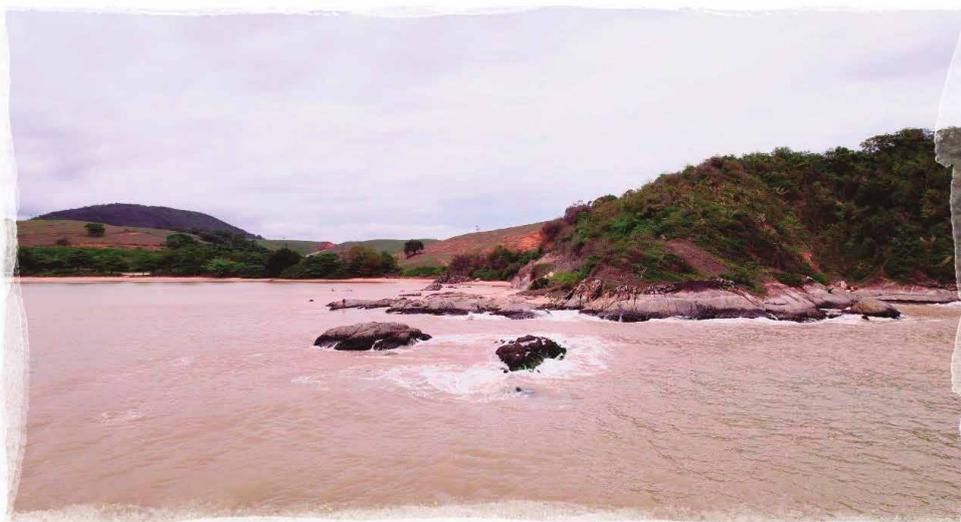


Apresentação da Edison Chouest Offshore. Base de apoio logístico offshore Itapemirim – ES (2012).

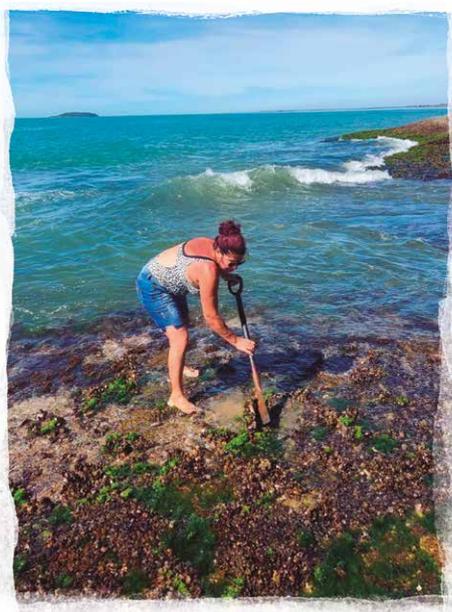
Em 2014, uma grande área na praia do Martins, em Itapemirim, foi privatizada para a construção do C-Port. Sua localização era estratégica para a Edison Chouest, pois está entre as Bacias de Campos e Espírito Santo, além de ser acessível para a Baía de Santos. Porém, a área escolhida também é estratégica do ponto de vista ambiental, pois além de ser um território de exercício da atividade pesqueira e marisqueira, tem a presença de olhos d'água e, no seu limite superior, é uma área de desova de tartarugas.

Em função de problemas para obter licenças ambientais e do atraso em obras públicas para atender as necessidades de um empreendimento portuário, a empresa desistiu e transferiu o investimento para o Porto do Açu, em São João da Barra (RJ). No entanto, mesmo sem as atividades portuárias, a privatização dessa área impactou a atividade extrativista, visto que as marisqueiras foram proibidas de limpar e cozinhar o marisco na praia.

Caroaba, local de retirada de marisco na praia do Martins.



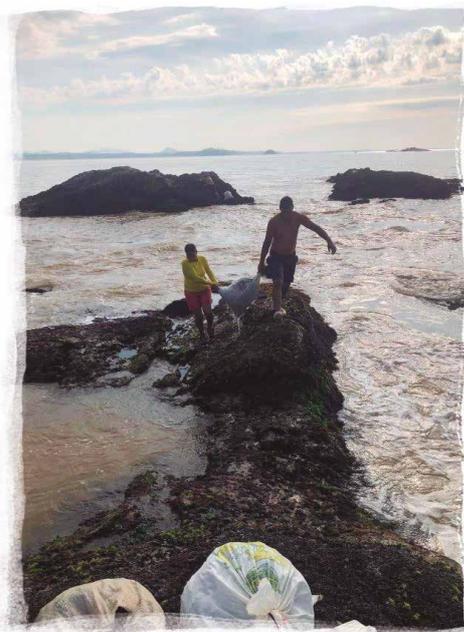
Marisqueira Aparecida catando marisco



É nesse contexto de mudanças nas praias do município, motivadas por diferentes interesses, que estão localizadas as marisqueiras do distrito de Itaipava. Elas estão distribuídas nas localidades de Itaoca, Joacima, Gamboa, Itaipava e Artemis e realizam a atividade tradicional nas pedras localizadas nas praias de Itaoca, Gamboa, Martins, Ilha dos Franceses e Ilha Itapetinga.

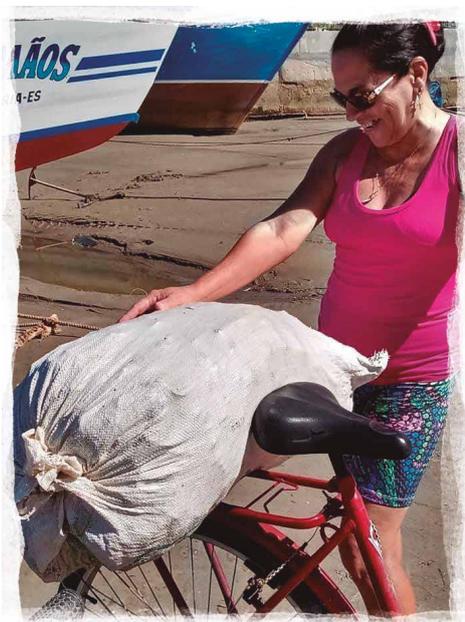
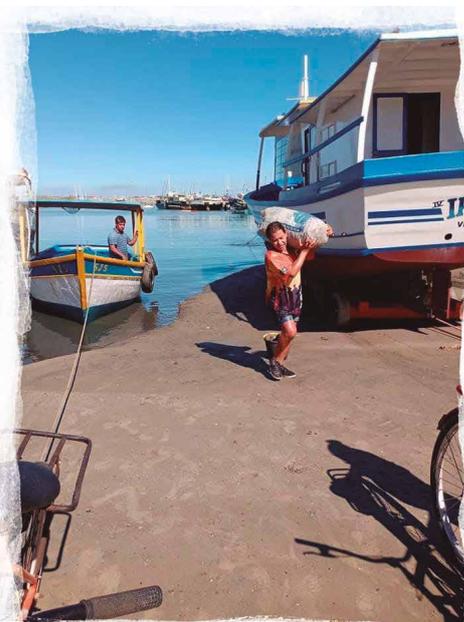
A distribuição de onde as marisqueiras exercem a atividade está relacionada a fatores como proximidade da moradia, quantidade e qualidade de marisco. Por exemplo, as marisqueiras de Itaipava, Gamboa e Artemis, por estarem próximas de mais pedras, têm mais opções e vão para onde o marisco estiver mais gordo. Já as marisqueiras de Joacima e Itaoca costumam pegar marisco nas pedras de Itaoca. Como essa é uma área que tem menos mariscos, elas também precisam ir para outras praias e ilhas.





Marisqueira Vaninha com sacos de mariscos.

A proibição de limpeza e cozimento nas praias dificultou o exercício da atividade tradicional. Atualmente, as marisqueiras são obrigadas a se deslocar com sacos pesados de marisco, sendo que parte de seu conteúdo não é aproveitada. Devido à localização mais afastada das pedras, as marisqueiras de Joacima são as que percorrem as maiores distâncias com peso.



Marisqueiras carregam sacos de mariscos.

A partir dessas restrições, as marisqueiras passaram a realizar a limpeza e o cozimento em casa, com a participação de familiares. Como não existem feiras no município para escoar a produção de marisco, cada família precisa arrumar um jeito. As vendas são feitas por encomenda para vizinhos, turistas, restaurantes, mercados e peixarias.





Famílias realizando a limpeza do marisco em suas casas

Mas o cozimento em casa gera grandes volumes de fumaça e cheiro forte, resultando em problemas com a vizinhança. As marisqueiras da Gamboa, inclusive, já foram denunciadas à polícia em função da fumaça produzida em suas residências.



Cozimento do marisco

Além do desconforto em relação ao cheiro ficar impregnado na pele, cabelo e roupas, a exposição à fumaça também gera problemas de saúde para essas mulheres. Nesse sentido, são identificadas diversas dificuldades desde a retirada do marisco até o beneficiamento e o escoamento dessa produção.

Embora a pesca represente um setor fundamental para o município, em especial para o distrito de Itaipava, as questões de gênero influenciam na situação de vulnerabilidade que as mulheres se encontram. A invisibilização sofrida dentro da própria classe pesqueira pelos homens, assim como por parte do poder público, torna-se um obstáculo no acesso a políticas de fomento à atividade e de assistência para essas mulheres. Elas enfrentam barreiras para comprovar que exercem a atividade e, quando são distribuídas fichas de atendimento médico ou abertas vagas para cursos, os pescadores homens são priorizados.

Diante desse contexto, as marisqueiras estão se fortalecendo enquanto coletivo para lutar por políticas públicas específicas, buscando garantir condições adequadas para o exercício da atividade tradicional.





Mapeamento participativo.

Para espacializar as questões abordadas acima, foi realizado um mapeamento participativo durante os meses de julho, agosto e novembro de 2023. A equipe de Formação e Pesquisa utilizou o programa Google Earth Pro para localizar os pontos e áreas relacionados à atividade marisqueira e considerados importantes pelo grupo prioritário. Através do recurso “imagens históricas” do programa, as participantes observaram as transformações na localidade, como o crescimento populacional e as obras para o terminal pesqueiro.

O mapeamento participativo resultou no mapa que está dobrado entre as páginas 12 e 17. Ele é composto por pontos e áreas.

A **ÁREA EM VERMELHO** simboliza o conflito e identifica a parte privatizada para a construção do C-Port.

Em **AZUL** estão áreas de retirada de marisco em Itaoca e na Ilha dos Franceses.

As **ÁREAS EM AMARELO** representam as localidades que as marisqueiras participantes do Rede Observação moram, sendo elas: Joacima, Itaoca, Itaipava, Gamboa e Artemis.

Os **PONTOS AZUIS** sinalizam os locais de referência para as marisqueiras, identificando todas as pedras que elas retiram marisco, antigos locais de cozimento, terminal pesqueiro, estaleiro, espigões e a abertura em um deles para circulação de água.

Os **PONTOS ROSAS** identificam a pracinha de Itaipava, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Leopoldino Rocha e a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Luiz João Gomes.

Por fim, os **PONTOS AMARELOS** representam as instituições relacionadas à atividade tradicional, como o Observatório do PEA Rede Observação, a Colônia de Pescadores Z-10, a Associação Mulheres da Pesca e a Associação dos Pescadores Armadores do Distrito de Itaipava.



Durante os encontros, as marisqueiras refletiram sobre as transformações ocorridas nas praias e como os processos de assoreamento, avanço do mar e privatização de praias impactaram a atividade tradicional. O grupo relatou como as restrições em relação ao cozimento do sururu têm agravado a situação das marisqueiras, que já se encontram ameaçadas por tantos fatores e ainda sofrem com a ausência de políticas públicas específicas para a classe.

No site² do projeto é possível acessar a versão interativa, com informações detalhadas de cada localidade.

2. Navegue pelo mapa em pearedeobservacao.com

Formas de atuação frente ao conflito

O PEA Rede Observação passou a atuar junto às marisqueiras no ano de 2022 e, até então, elas nunca haviam tido contato com outro PEA. Isso influencia no momento de discussão em que o grupo se encontra e, conseqüentemente, os avanços e conquistas são diferentes daqueles observados em outras comunidades que já tinham um histórico de atuação em PEA.

Um fato que chamou atenção no início da aproximação com o grupo prioritário foi a percepção de ausência de conflitos no território. Embora fossem problemas, a precariedade e a invisibilidade do trabalho das marisqueiras eram naturalizadas e elas achavam que essas condições eram "assim mesmo". Além disso, elas sequer conheciam as marisqueiras de outros bairros.



Marisqueira lavando o sururu

Através da participação no PEA e a partir das atividades desenvolvidas com o intuito de valorização da cultura e do fazer tradicional, elas passaram a conhecer umas às outras e se reconhecer enquanto pertencentes a um grupo tradicional, tendo cada vez mais orgulho da atividade.

Em 2023 o Observatório iniciou um diálogo com o PEA Redes de Cidadania com o objetivo de formular estratégias para garantir a prática tradicional de cozimento do marisco nas praias, visto que as marisqueiras da Praia de Itapuã, no município de Vila Velha, conquistaram esse direito.

Nesse mesmo ano a marisqueira presidente da Colônia participou de reuniões da Mesa Permanente de Diálogo Catrapovos Brasil, que debate a inclusão de alimentos tradicionais dos territórios na alimentação escolar. Essa iniciativa valoriza a cultura e as tradições locais, além de garantir uma forma de escoar a produção.

Ainda em 2023, o PEA apoiou a participação delas em duas audiências públicas do Porto Central, que será instalado no município vizinho, em Presidente Kennedy. Na primeira audiência realizada em Itapemirim, as marisqueiras questionaram a classificação

de Itapemirim como Área de Influência Indireta e a ausência de reconhecimento dos impactos que ocorrerão nas atividades extrativistas.

Nesse sentido, o processo educativo vem buscando o fortalecimento e a consolidação de um grupo organizado para reivindicar direitos e participar da gestão ambiental pública.



Marisqueira Vaninha com material de trabalho



Considerações Finais

Através das atividades pedagógicas do projeto, os grupos prioritários vão desvendando coletivamente as relações entre as transformações ocorridas nos municípios, os grupos sociais impactados, os conflitos decorrentes dos processos de reorganização territorial, os atores sociais envolvidos, seus interesses e as formas de atuação diante do conflito.

Partimos da compreensão de que o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, passa pelas relações político-institucionais e societárias. Como a mediação de interesses e conflitos entre atores sociais cabe ao Poder Público, o conhecimento da existência de espaços públicos de decisão se configura como um passo inicial e necessário para uma gestão ambiental participativa.

Ao passo que a complexidade presente na realidade é problematizada, também são identificados os espaços de incidência política possíveis, havendo um incentivo e apoio à formulação de estratégias para intervenção coletiva e organizada. Ou seja, para além do conhecimento das disputas e estruturas presentes nos territórios, os grupos debatem encaminhamentos concretos na luta por direitos. Nesse sentido, buscamos proporcionar condições para que sejam produzidos e adquiridos, coletivamente, conhecimentos e habilidades para intervenção nos processos decisórios.

Assim, as reflexões sobre as condições existentes no território, somadas ao conhecimento relativo às políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais e aos espaços de participação social permitem caminhar no sentido de uma cidadania ativa, ou seja, de grupos organizados e atuantes da Gestão Ambiental Pública.



Foi nesse contexto de valorização da trajetória de cada grupo prioritário que este material foi produzido. Ele consolida a produção coletiva de conhecimento acerca das questões municipais e regionais que impactam as atividades tradicionais e registra as estratégias utilizadas pelos grupos.

Vale ressaltar que a atuação na Gestão Ambiental Pública está associada ao nível de organização social de um determinado grupo. Nas comunidades com um histórico de acompanhamento de PEAs e/ou envolvimento com movimentos sociais, os grupos tendem a estar mais organizados, qualificados e fortalecidos para incidir politicamente. Já em lugares que não há esse histórico e que o Rede Observação foi o primeiro PEA a atuar junto à comunidade, foi necessário um processo anterior, de reconhecimento e valorização da identidade e cultura tradicional, para que se formasse um grupo coeso, fortalecido e ativo.

Esperamos que esse material possa ser utilizado como evidência das disputas presentes nos territórios tradicionais e que seja uma ferramenta que corrobore com as reivindicações dos sujeitos prioritários em espaços de participação social.



CRÉDITOS

Integrantes do Mapeamento Participativo em Itapemirim

Anailda Soares
Angélica Correa
Aris Delfino
Ariane Santos
Claudia Gomes
Clemilda Barreiros
Deracilda Marvila
Edimara Soares
Elisângela Wingler
Lucila Lopes
Lusitania Siqueira
Maria Do Carmo
Mariane Ferreira
Maristela Gomes
Nilcinha Oliveira
Rosemaria Garcia
Rosiani Alves
Tania Lucia Costa
Vanuza Gomes

Pesquisa e elaboração

Yashmin Loureiro

Revisão do conteúdo

Camila Souza, Carlos Frederico Loureiro e Raynan Aguilar

Mapas

Maria Eduarda Perpétuo, Pedro Biz e Yashmin Loureiro

Projeto gráfico

Pedro Biz

Ilustrações

Pedro Biz

EQUIPE EXECUTORA DO PEA REDE OBSERVAÇÃO

Coordenadora geral

Camila Panno

Orientador metodológico

Carlos Frederico Loureiro

Educadoras de Formação e Pesquisa

Camila Souza, Raynan Aguilar e Yashmin Loureiro

Educadores de Comunicação Popular

Gabriel Amorim e Murilo Marques

Educadores de Teatro do Oprimido

Anelise Vargas e Júlio Caldeira

Articuladores locais em Itapemirim

Irlaine de Souza, Juliana Figueiredo e Rana Grigorio

EQUIPE PRIO

Coordenadora de socioeconomia

Aline Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L892m Loureiro, Yashmin.
Mapa de conflitos e resistências: Itapemirim / Yashmin Loureiro; ilustrações Pedro Biz. – Rio de Janeiro, RJ: Rede Observação, 2024.

28 p. : il ; 21 x 29,7 cm – (Projeto de Educação Ambiental Rede Observação)

ISBN 978-65-5872-745-3

1. Cartografia social – Itapemirim (ES). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Conflitos sociais – Brasil. I. Biz, Pedro. II. Título.

CDD 305.896

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

A Petrorio, a maior operadora independente de óleo e gás do Brasil, a partir de abril de 2022, passou a ter uma nova identidade visual e a ser conhecida como PRIO. Essa mudança reflete a eficiência da empresa na sua gestão. Com foco na recuperação de ativos em produção, é especializada na gestão de reservatórios e na revitalização de campos maduros através da maior eficiência operacional, da redução dos custos de produção e das despesas corporativas. O aumento na eficiência e a confiabilidade nos ativos são os principais atributos para reduzir a emissão de CO2 e a queima de gás consumida em suas operações, minimizando o impacto ambiental e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua por meio de boas práticas de segurança, respeito ao meio ambiente e cuidado com a saúde dos colaboradores.



A realização do PEA Rede Observação é uma medida de mitigação do Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



PRIO

ambiental
Engenharia e Consultoria